

INTERCOMUNICANDO-37

BOLETIM INFORMATIVO DO GABINETE DO VEREADOR CHICO WHITAKER

ESPECIAL

AOS MEUS ELEITORES - UMA DECISÃO CUIDADOSA

Em seis anos e meio de mandato como vereador, firmaram-se em mim quatro convicções:

- a importância do parlamento para a democracia;
- o péssimo funcionamento real de nossos parlamentos, em todos os níveis, falseando a representatividade e impedindo a busca democrática de soluções para os problemas coletivos;
- a impossibilidade de mudar o parlamento somente de dentro, sem pressão de fora;
- o nível atualmente muito baixo de organização popular para exercer essa pressão (as experiências de participação que já ocorreram não se institucionalizaram).

Tratei dessas questões em dois livros ("O que é vereador" - 1992 e "Idéias para acabar com os picaretas" - 1994), escritos a partir de minha experiência parlamentar. Foi um duro aprendizado: o que se passa em nossos parlamentos explica em muito a imagem negativa que têm os políticos.

Em função dessas constatações, está se firmando em mim, agora, outra convicção: a de que **não devo me recandidatar**, uma vez terminado o atual mandato (em Dezembro de 1996), e que **devo passar a colocar minha experiência a serviço do controle dos parlamentos pelos cidadãos**.

Essa decisão daria continuidade às propostas básicas de minhas três campanhas eleitorais (para vereador em 88 e 92 e para deputado federal em 94): a primeira voltada para a necessidade de adensar o tecido social, a segunda para a necessidade de mudar o parlamento, e a terceira para a necessidade de articular melhor a ação dentro do parlamento com a força de fora.

A mudança agora seria somente de lugar de atuação. Parlamento ou Executivo não são os patamares finais para quem pretende atuar politicamente. A ação na sociedade civil e com a sociedade civil é igualmente decisiva e pode até ser, em determinadas conjunturas, a mais importante. Precisamos estar sempre avaliando qual o lugar em que cada um melhor contribui.

É essa avaliação que lhes transmito, nesta carta. E o faço com tanta antecedência em relação às eleições para que não embarquemos num novo entusiasmo eleitoral sem cuidadosa reflexão. E tenhamos tempo de discutir estas questões e tirar todas as lições possíveis da experiência que vivi.

A primeira dúvida que me colocam os que ouvem esta proposta é a seguinte: mas para esse trabalho é preciso deixar de ser vereador? Eleito, eu não teria até melhores condições de fazê-lo?

1. Há o problema das reais possibilidades de atuação que ainda tenho na Câmara.

As convicções políticas e éticas que compartilho com os que me elegeram me levam a identificar muitas distorções no funcionamento da Câmara, como já disse no início desta carta. Ora, se a principal instituição da democracia é o parlamento, tais distorções precisam ser corrigidas. Mas a maioria dos vereadores não vê as coisas assim. A forma como a Câmara exerce suas funções legislativas e fiscalizadoras atende ao que eles dela esperam. O que os preocupa é o espaço e os recursos que ela oferece para que atinjam outros objetivos - políticos ou espúrios. Obviamente, nem se fale em controle da Câmara pela sociedade... Resiste-se muito à mudança. Esforços nesse sentido são sempre contra a corrente. Mesmo no Partido o parlamento, como instituição, é pouco discutido. Até dentro da minha bancada encontro pouco eco para essas preocupações.

Mas tais dificuldades a enfrentar não seriam, por si sós, argumento para eu mudar de lugar de atuação. Parece-me contudo que já cheguei até onde poderia chegar sem contar com uma "pressão de fora" organizada e eficiente - que não é a mesma coisa que o apoio que sempre recebi de meus eleitores.

2. Há a questão da relação custo-benefício.

Para conseguir negociar na defesa dos interesses que representam, legítimos ou não, os parlamentares têm que se integrar ao estranho "grupo social" de que fazem parte, e que desenvolve um espírito de corpo descabido numa assembleia em que existem grandes antagonismos políticos. Quem não se submete torna-se "não confiável" e é isolado. Ora, minhas atitudes e mesmo frentes de atuação - desde a CPI de 89 - têm me levado a um isolamento crescente. Até o convívio quotidiano vai ficando difícil. E, mesmo na bancada, alguns embates deixaram cicatrizes que dificultam o companheirismo.

Com isso, minha eficácia torna-se decrescente, com um custo cada vez maior.

3. Há o problema do tempo.

Se damos importância ao parlamento, temos que lhe dedicar tempo. Inclusive à luta para que desapareçam suas distorções. Utilizar-se do mandato parlamentar somente como plataforma para um trabalho externo contribui decisivamente para que essas distorções permaneçam e se aprofundem. Isto, a longo prazo, aumenta o descrédito dos parlamentos e deteriora a democracia. Ora, o trabalho dentro consome muito mais tempo do que se imagina: das reuniões partidárias e de bancada à participação nas sessões plenárias, audiências públicas, comissões, tarefas especiais tipo CPI, preparação e negociação de propostas, etc. O tempo para trabalhar fora fica muito restrito.

Se considero que pouco pode ser mudado dentro sem pressão de fora, preciso priorizar, no emprego do meu tempo, a luta pelo exercício da cidadania em torno dos parlamentos. Sendo que agora conto, para isso, com mais conhecimentos sobre o real funcionamento parlamentar.

4. Por último, há a questão do nível do mandato.

A "pressão de fora" é necessária em todos os níveis de parlamento - municipal, estadual e federal. Ora, o mandato de vereador me restringe a uma atuação somente ao nível municipal. Como "simples cidadão" posso me dedicar a um questionamento mais amplo.

Minha história me encaminha portanto, agora, para fora do parlamento, ainda que eventualmente se possa pensar em simples intervalo. E, adicionalmente, minha saída abre espaço para outras pessoas preocupadas com a dignidade da representação parlamentar.

Neste ano e meio de mandato que me resta já pretendo consagrar mais tempo a outras tarefas, como a CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1996, cujo tema é a Política. Participaria também, nas próximas eleições, de iniciativas do Partido - se ele a isso se decidir - visando esclarecer o eleitorado sobre o que são e o que deveriam ser as Câmaras de Vereadores. Também me disporia a ajudar companheiros - especialmente no interior do Estado - que queiram postular mandatos de vereador ou fiscalizar a Câmara de suas cidades.

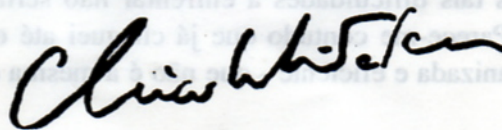
Uma vez fora, eu me concentraria em dois eixos principais de trabalho: a formação de GRUPOS DE CIDADANIA ATIVA, na capital e no interior (e, se possível, também em outros Estados) e a implantação consistente - inclusive dentro do Partido dos Trabalhadores - da Rede de Reflexão Política Livre - REPOLITICA.

Paralelamente, trabalharia de forma mais continuada para a implantação de Redes de Troca de Saber - UNIVERSIDADE MÚTUA, com vistas à difusão dos valores intrínsecos a essa proposta e de uma cultura de organização em rede.

Adotada essa opção, seria necessário saber quem quer se associar a essas tarefas. Nesta perspectiva, esta comunicação é igualmente uma proposta de trabalho conjunto.

Para refletir sobre tudo isso, e debater a questão da ocupação do tipo de espaço que construí na Câmara, agradeço a quem puder aparecer na Capote Valente, 432, no dia 25 de Setembro de 1995, 2a.-feira, às 20 horas, ou me mandar sua opinião por escrito.

Um grande abraço,



São Paulo, 12 de Setembro de 1995